

BRUNA RACHEL DE PAULA DINIZ

**A REVISTA**  
*íntima* e as visitantes  
de estabelecimentos prisionais

*uma análise à luz dos princípios constitucionais  
penais, da criminologia e dos estudos de gênero*



editora  
**D'PLÁCIDO**



**A REVISTA**  
*íntima* e as visitantes  
de estabelecimentos prisionais

*uma análise à luz dos princípios constitucionais  
penais, da criminologia e dos estudos de gênero*



BRUNA RACHEL DE PAULA DINIZ

A REVISTA  
*íntima* e as visitantes  
de estabelecimentos prisionais

uma análise à luz dos princípios constitucionais  
penais, da criminologia e dos estudos de gênero



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2019, Bruna Rachel de Paula Diniz.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Editor**  
*Tales Leon de Marco*

**Produtora Editorial**  
*Bárbara Rodrigues*

**Capa, projeto gráfico**  
*Leticia Robini*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

DINIZ, Bruna Rachel de Paula.

A revista íntima e as visitantes de estabelecimentos prisionais: uma análise à luz dos princípios constitucionais penais, da criminologia e dos estudos de gênero -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

234 p.

ISBN:978-65-80444-76-2

1. Direito 2. Criminologia. I. Título.

CDD341.5

CDU343

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



***How to wear your mother's lipstick***

*You must wear it like she wears disappointment on her face*

*You find the black tube inside her beauty case, where she keeps  
your fathers old prison letters,  
you desperately want to look like her.*

*You go to the bathroom to apply the lipstick,  
somewhere no one can find you  
your teeth look brittle against the deep red slickness  
you smile like an infant, your mouth is a wound*

*you look nothing like your mother  
you look everything like your mother.*

*Your mother is a woman and women like her cannot be contained.*

**Warsan Shire**



*A minha mãe, Cleusa e ao meu pai, Carlos.*



# Agradecimentos

Primeiramente agradeço aos meus pais, Cleusa e Carlos, por todo o apoio que me deram e me dão em conjunto todos os dias. A minha mãe, por ser a primeira mulher feminista em minha vida, meu exemplo de responsabilidade e humanidade e ao meu pai, um companheiro nas alegrias e percalços da vida, além do primeiro abraço na aprovação no vestibular (olhe aonde chegamos!).

Agradeço também aos meus avós, Marina, José, Neusa e Nivaldo, por me darem o maior amor que alguém poderia receber. Não acredito que exista alguém que acredite mais em mim do que vocês. E à Dora, para quem o lugar de tia avó me pareceu pequeno dentro da imensidão de histórias que dividimos desde que eu tenho lembranças. Aos meus irmãos, José Eduardo e Carlos Henrique, meus mais sinceros críticos e mais felizes apoiadores.

À Professora Mariângela Magalhães, minha referência de comprometimento à docência e de compromisso com o desafio que é ser professora no país em que vivemos hoje, agradeço pelo olhar atento ao que produzi desde a graduação e aos inúmeros apontamentos feitos ao longo das etapas de pesquisa, escrita e publicação desse trabalho.

Sou também extremamente grata às Professoras Helena da Costa e Ana Lúcia Vieira pelas considerações feitas em minha banca de defesa que enriqueceram imensamente o trabalho. Assim como à Professora Ana Gabriela Braga, que agradeço por ser uma referência de pesquisadora comprometida com a epistemologia feminista e o abolicionismo penal e que me presenteou com a linda apresentação desse livro.

Aos funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo meu agradecimento pelos serviços prestados, pelas conversas nos

corredores e pelo carinho diário. Em especial à Lúcia e ao Pariol, por muitos anos figuras queridas da seção de alunos; à Simone, alegria de todos os almoços; e a Priscila, sempre à espera das minhas novidades.

Aos membros do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SA-JU-USP), por dividirem comigo os primeiros sonhos e angústias que acompanham a militância e por serem a origem das primeiras ideias que levaram a esse trabalho.

À Mariana, minha grande companheira na vida, tanto nas horas em que ela é maravilhosa, como nos momentos em que a realidade perde todo o sentido. Também às minhas queridas Rafaella, Kelseny, Livia e Larissa, muito obrigada por acreditarem em mim sempre e por me acompanharem nos caminhos tortuosos de ser mulher no mundo de hoje. A todas elas agradeço ainda pela leitura cuidadosa e cheia de afeto.

Ao Mateus, que me encontrou com esse trabalho já caminhando para o final e parece ter acompanhado ele desde as primeiras ideias. Obrigada pela escuta paciente, por todas as conversas sobre a pesquisa e a vida acadêmica. Seu jeito de ver o mundo me encanta e seu apoio me ajuda a ser exatamente do jeito que quero.

Também agradeço às pessoas que me acompanharam durante os anos de escrita desse trabalho. Ao Guilherme pelas correções e pelo enorme carinho nas horas difíceis da escrita e da vida. À Nathália, pelo companheirismo nos espaços áridos da Academia. Ao Carlos e ao José Paulo, por dividirem comigo cotidianamente a experiência do Mestrado. Também aos meus queridos desde os tempos de colégios, Aline, Flávia, Karina, Lara, Larissa, Marcelo, Raísa, Mayara e Fabíola.

Um agradecimento que não tem tamanho a todas as mulheres que conversaram comigo nas filas de visita e possibilitaram tantas vezes que essa pesquisa fosse realizada. Certamente, sem elas, eu mesma e esse trabalho seríamos completamente diferentes.

Ao *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD), pela bolsa de estudos concedida que permitiu a realização de parte dessa pesquisa no Instituto Max Planck de Direito Penal e Criminologia.

Por fim, à Editora D' Plácido pela publicação do trabalho e pelo comprometimento com a difusão de produção acadêmica de qualidade em Direito Penal e Criminologia no Brasil.

<b>Prefácio</b> .....	<b>15</b>
<b>Apresentação do livro</b> .....	<b>19</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>21</b>
<b>1. A revista íntima em estabelecimentos prisionais</b> .....	<b>25</b>
1.1. Busca Pessoal e Revista: conceito e classificação.....	25
1.2. A Revista Pessoal em estabelecimentos prisionais no Brasil.....	27
1.3. Quem é submetido à revista íntima: traçando um perfil de visitantes de estabelecimentos prisionais.....	30
<b>2. A revista íntima e os princípios constitucionais penais</b> .....	<b>37</b>
2.1. Regras, Princípios e Garantias Constitucionais: questões introdutórias.....	37
2.1.1. Direitos e Garantias Fundamentais.....	38
2.1.2. Regras, Princípios e sua aplicação.....	38
2.2. Direito Penal e Constituição.....	43
2.2.1. Constitucionalismo e Garantismo: das proposições clássicas às modernas.....	43
2.2.2. As formas de relação entre Direito Penal e Constituição.....	47
2.3. Os Princípios Penais Atinentes à Revista Íntima.....	48
2.3.1. O Princípio da Intranscendência da Pena: conceito e previsão constitucional.....	48

2.3.1.1. A Relação da Intranscendência da Pena com a Culpabilidade e a Individualização da Pena.....	51
2.3.1.2. A Intranscendência da Pena e a Revista Íntima.....	53
2.3.2. O Princípio da Dignidade Humana: conceito e previsão constitucional.....	54
2.3.2.1. A Evolução do Conceito de Dignidade Humana.....	54
2.3.2.2. A Previsão Constitucional da Dignidade Humana.....	60
2.3.2.3. Natureza Jurídica da Dignidade Humana.....	61
2.3.2.4. A Relação da Dignidade com o Princípio da Humanidade das Penas.....	62
2.3.2.5. A Dignidade da Pessoa Humana e a Revista Íntima.....	64
2.4. O Confronto com o Princípio da Segurança e as Alternativas à Revista Íntima.....	66
2.4.1. As Alternativas à Revista Íntima.....	68
2.4.1.1. Cães Farejadores.....	68
2.4.1.2. Revista no Próprio Preso.....	69
2.4.1.3. Visitação sem Contato entre o Preso e sua Família.....	71
2.4.1.4. Escâner Corporal.....	72
2.4.2. Avaliação das Alternativas com a Regra da Proporcionalidade.....	76
2.5. A Garantia da Legalidade: conceito e previsão constitucional.....	79
2.5.1. A Natureza Jurídica da Legalidade.....	84
2.5.2. A Legalidade e a Revista Íntima.....	86

### **3. As visitantes de estabelecimentos prisionais e a revista íntima.....89**

3.1. As famílias de presos como suspeitas: contribuições do Interacionismo Simbólico.....	89
3.1.1. A Prisionização Secundária.....	91
3.1.1.1. Aspectos Teóricos da Prisionização Secundária.....	91
3.1.2. A Prisionização Secundária e as Famílias de Presos.....	93
3.1.2. O Estigma de Cortesia.....	96
3.1.2.1. O Estigma na obra de Erving Goffman.....	96
3.1.2.2. As Visitantes de Estabelecimentos Prisionais e o Estigma de Cortesia.....	97

3.1.3. A Revista Íntima como Cerimônia de Degradação.....	104
3.2. O Interacionismo Simbólico como referencial teórico: problematizações da Criminologia Crítica.....	108
3.2.1. O Estigma Estrutural.....	113
3.3. As Visitantes de Estabelecimentos Prisionais e a Questão de Gênero .....	114
3.3.1. Breves Considerações sobre o uso da Categoria Social “Gênero” e a Teoria Feminista.....	114
3.3.2. Gênero e Prisão: Relações entre a Teoria Feminista e a Criminologia.....	116
3.3.3. Estigma e Gênero.....	123
3.3.4. Revista Íntima: Violência Institucional de Gênero?.....	126
<b>4. As alterações no procedimento de revista íntima:     posicionamentos e disputas nas esferas de poder     do estado brasileiro .....</b>	<b>131</b>
4.1. O Poder Executivo: a atuação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.....	131
4.1.1. A Resolução nº 09/2006.....	132
4.1.2. A Resolução nº 05/2014.....	134
4.2. O Poder Judiciário.....	137
4.2.1. Posicionamento dos Tribunais Superiores.....	137
4.2.1.1. Considerações Metodológicas sobre Pesquisa Jurisprudencial.....	138
4.2.1.2. Análise das Decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre Revista Íntima .....	141
4.2.1.2.1. A Revista Íntima e os Princípios Constitucionais Penais na Jurisprudência do STJ.....	145
4.3. Poder Legislativo.....	148
4.3.1. A Lei nº 13.271/2016.....	148
4.3.1.1. Análise Crítica da Lei nº 13.271/2016.....	152
4.3.2. Outros Projetos de Lei Propostos sobre a Revista Íntima em Estabelecimentos Prisionais .....	153
4.4. A atuação da Sociedade Civil Organizada.....	156
<b>5. A revista íntima no estado de são paulo     e os impactos da lei estadual nº 15.552/14.....</b>	<b>161</b>

5.1. O Cenário Anterior à Mudança Legislativa.....	161
5.2. A Lei Estadual nº 15.552/14.....	163
5.3. O Caso da Cidade de Itirapina.....	166
5.4. O Cenário Atual da Revista no Estado de São Paulo.....	174
<b>6. A voz das visitas: Entre constatações e questionamentos</b> .....	<b>179</b>
6.1. Considerações Metodológicas.....	179
6.2. Passos Iniciais da Pesquisa.....	183
6.2.1. A Escolha do Campo.....	183
6.2.2. A Pesquisa Exploratória.....	185
6.2.3. Elaboração dos Questionários Semiestruturados.....	187
6.3. Relatos das Filas de Visita e Análises Possíveis.....	188
6.3.1. As visitantes e a pesquisadora: de quem se fala, com quem se fala.....	188
6.3.2. Intranscendência da Pena e Dignidade Humana nas Formulações das Visitantes.....	192
6.3.3. Ser familiar de preso: desconfiança e estigma.....	195
6.3.4. Ser mulher e visitante: o impacto do gênero.....	199
6.3.5. A mudança no procedimento da revista: uma conquista ou uma benção?.....	202
<b>Conclusão</b> .....	<b>209</b>
<b>Referências</b> .....	<b>215</b>
<b>Apêndices</b> .....	<b>225</b>

## Prefácio

É com muita alegria que eu tenho a honra de apresentar ao público o livro “A revista íntima e as visitantes de estabelecimentos prisionais: uma análise à luz dos princípios constitucionais penais e da criminologia crítica”, escrito pela Bruna Rachel de Paula Diniz, resultado de sua dissertação de mestrado por mim orientada no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) e defendida em setembro de 2018.

Trata-se de pesquisa aprofundada em que a autora soube aliar, com maestria, levantamento bibliográfico tanto em relação à dogmática e aos princípios constitucionais do direito penal como à criminologia, análise de projetos legislativos e os respectivos debates que os envolveram, levantamento jurisprudencial sobre a matéria e, ainda, estudo de caso e pesquisa de campo com pessoas diretamente afetadas pelas revistas íntimas. O fato de valer-se tão bem de diferentes fontes de pesquisa, por si só, já seria suficiente para se concluir pelos méritos do trabalho agora publicado pela prestigiosa Editora D’Plácido.

Ocorre, entretanto, que há outras qualidades desse livro que merecem ser destacadas.

O tema, por si só, é extremamente relevante a todos os que se interessam pelas questões que envolvem a pena de prisão e as pessoas atingidas – ainda que indiretamente – por ela. Se os presos já compõem uma população pouco vista e considerada pelas autoridades públicas em relação ao respeito a seus direitos, o que dizer daqueles que, embora não estejam juridicamente sob a custódia do Estado, são de outras formas também atingidos pelo encarceramento de um ente querido?

Apesar do inciso XLV do art. 5º da Constituição brasileira e do item 3 do art. 5º da Convenção Americana de Direitos Humanos, que asseguram que a pena não pode passar da pessoa do condenado, serem garantias expressas em nosso ordenamento jurídico, a abordagem realizada pela Bruna nesse livro nos proporciona constatar a existência de situações inconcebíveis às quais os familiares dos presos são submetidos durante o cumprimento da pena, e que raramente recebem a devida atenção dos poderes públicos.

Como se apreende do título, é feita uma profunda análise das revistas íntimas realizadas nos corpos dos familiares que se dispõem a visitar as pessoas encarceradas, que de tão aviltantes são naturalmente denominadas “revistas vexatórias”. Como bem descrito no livro, tais revistas podem ser resumidas pela obrigatoriedade dos visitantes se despirem na presença de um agente de segurança do mesmo sexo a fim de detectar visualmente a presença de objetos proibidos, como drogas, armas ou componentes de aparelhos celulares; para tanto, são colocados espelhos no chão sobre os quais a pessoa revistada deve realizar agachamentos para que sejam observadas as cavidades anal e vaginal, assim como devem tossir ou dar saltos, uma vez que tais movimentos provocariam a expulsão de objetos ocultos em seus corpos.

O constrangimento a que são submetidos os visitantes não escapam à análise minuciosa da autora quando o estuda sob a ótica dos princípios constitucionais do direito brasileiro. Além dos problemas atinentes à violação da garantia da intranscendência da pena, são igualmente enfrentados os aspectos relacionados ao valor da dignidade humana claramente afrontada em tais procedimentos e, ainda, o desrespeito ao princípio da legalidade especialmente no que diz respeito à ausência de taxatividade dos casos de sua admissibilidade.

Outro aspecto que merece destaque no trabalho que agora o público terá a oportunidade de usufruir é aquele referente à elaboração de uma oposição, no corpo social, à prática das revistas íntimas. Desde o final dos anos 2000, quando surgiram as primeiras reações, até 2016, quando foi aprovada a Lei nº 13.271, proibindo as revistas vexatórias em qualquer estabelecimento público ou privado no país, a autora apresenta as modificações sofridas pelo procedimento, suas regulamentações e as alterações legislativas nas esferas estaduais – especialmente no estado de São Paulo –, com suas respectivas motivações.

Os capítulos finais do trabalho, em que são estudados o caso da Penitenciária de Itirapina e são apresentados relatos de familiares di-

retamente afetados pelos procedimentos vexatórios da revista íntima e demais situações constrangedoras a que são submetidos, revelam, ainda, a grande capacidade da pesquisadora de transitar entre a teoria e a prática a fim de destacar o alcance e a importância do tema estudado para a vida daqueles que se encontram em situação de especial vulnerabilidade perante o Estado.

Trata-se, como se vê, de trabalho sério e profundo sobre um dos temas menos abordados quando se fala nas consequências da pena de prisão, exatamente porque os atingidos são pessoas invisíveis na relação jurídica estabelecida no processo penal: não são autores de crimes, não são suas vítimas, não costumam ser partes no processo, não fazem parte nem da acusação nem da defesa. São, em geral, a camada menos favorecida da sociedade, e sua ampla maioria é composta por mulheres (mães ou companheiras dos detentos). Esse último aspecto, aliás, mereceu especial atenção por parte da autora, que não se furtou a analisar as relações, papéis e violências de gênero estabelecidas a partir das visitas realizadas por familiares de presos aos parentes ali encarcerados.

Como se vê, as qualidades do livro falam por si, e são suficientes para recomendá-lo a todos os que se interessam por conhecer e se aprofundar no tema. Não posso, no entanto, deixar de expressar minha enorme satisfação e felicidade ao ver publicado o primeiro livro de Bruna Rachel de Paula Diniz, aluna e pesquisadora por quem tenho enorme carinho e admiração.

Conheci a Bruna durante o seu curso de graduação, quando se candidatou para ser monitora na disciplina por mim ministrada e ali já se destacava pela sua dedicação e seu interesse pela matéria. Participou, também, da atividade de extensão Saju-cárcere, por mim supervisionada, na qual os alunos, à época, dirigiam-se às filas de visitantes dos estabelecimentos prisionais para conversar com as mulheres que ali se encontravam e orientá-las acerca de seus direitos e dos parentes encarcerados. Tive a oportunidade, depois, de orientá-la em seu trabalho de conclusão de curso, onde já demonstrava sua grande capacidade de pesquisa e vocação acadêmica. Durante o mestrado, foi monitora no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) junto à pós-graduação nas minhas disciplinas e proporcionou-me, com as leituras e discussões da sua dissertação, importantes reflexões e aprendizado. Encontra-se agora no doutorado, onde já começa a me proporcionar, com muito prazer, novas perspectivas de estudo.

Por tudo isso, é com muito orgulho que apresento não só um belíssimo livro ao público, mas também uma jovem autora que certamente brindará os estudiosos com momentos de profundas reflexões.

*Mariângela Gama de Magalhães Gomes*  
Professora Associada de Direito Penal da USP.

## Apresentação do livro

Este livro resulta da dissertação de mestrado defendida no Departamento de Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense da Universidade de São Paulo, com a orientação da Professora Mariângela de Magalhães Gomes, que lhe imprimiu a qualidade e seriedade peculiar às suas produções. Pude acompanhar de perto seu desenvolvimento, compondo tanto a banca de qualificação quanto de defesa do presente trabalho.

Trata-se de uma empreitada audaciosa e de vigor, ainda mais pois empreendida em nível de mestrado, com todas as dificuldades inerentes a essa fase: pouco tempo que corre em um momento, geralmente, de formação, no qual os códigos e modos de fazer acadêmico estão começando a ser apropriados pela pesquisadora.

Um primeiro mérito é a perspectiva interdisciplinar sobre a qual se desenvolve a pesquisa. Interdisciplinaridade construída não só no diálogo com outras áreas das ciências sociais, mas ao produzir uma análise complexa dentro do campo da Ciência Criminal, envolvendo categorias do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal; e, portanto, pensando o fenômeno criminal e suas produções sobre diversos prismas e temporalidades. O Direito Penal e Constitucional foram centrais para elaborar um arcabouço teórico a partir das garantias constitucionais penais como limites ao exercício do poder punitivo. A Criminologia contribuiu para a análise da seletividade e produções do sistema de justiça criminal, e logo, das pessoas que sofrem as dores do aprisionamento. Enquanto, a Política Criminal esteve presente tanto nas análises do processo legislativo quanto nas proposições futuras da autora.

Depois, a diversidade de objetos da pesquisa possibilitou traçar um panorama amplo acerca do tema da visita íntima no país, em especial

no estado de São Paulo. A autora mapeou e analisou diversos sujeitos que disputam as políticas penitenciárias e os sentidos em torno do tema da revista íntima. Articulando as produções e relações entre os três poderes: executivo, judiciário e legislativo; e desses com a sociedade civil organizada e familiares de pessoas presas. Essa multiplicidade de vozes atende para a complexidade própria dos temas prisionais, na medida em que envolvem competências cruzadas entre os poderes, além de disputas entre os sentidos da punição e os direitos individuais das pessoas apenadas e suas famílias.

Para tanto, Bruna Diniz desenha um plano metodológico multifacetados, que abrange diversas técnicas de pesquisa. Além de vasta pesquisa bibliográfica sobre o tema, a autora trabalha com análise de decisões judiciais, acompanha um processo legislativo, e ao final, ainda nos traz relatos do campo realizado com as famílias de pessoas presas em frente a dois estabelecimentos prisionais em São Paulo. Além disso, muito interessante o estudo de caso dos embates em torno da visita íntima em uma cidade do interior paulista, cuja dinâmica foi modificada com a instalação de um complexo prisional nas últimas duas décadas.

Além disso, a autora ainda se aproxima das teorias de gênero para mobilizar conceitos importantes para a leitura das produções das visitas em prisões e da revista íntima, notadamente marcadas pelo gênero enquanto produtor de diferentes experiências no campo. A partir dessa abordagem, Bruna Diniz propõe a revista íntima como uma violência institucional de gênero, atingindo especialmente as mulheres, pobres e negras. Tal ideia, ainda pouco explorada pela literatura nacional, é um dos diversos aspectos do trabalho que aponta para uma agenda de pesquisa no campo dos estudos prisionais.

A multiplicidade de abordagens, saberes, personagens e discursos mobilizados neste trabalho denota a atenção da autora para a complexidade da análise das produções sociais e políticas em torno da execução penal. E faz desta obra um exemplo no campo das possibilidades de problematizar o campo jurídico desde dentro, mas com aportes de fora, delineando formatos e perguntas possíveis a serem desenvolvidos no âmbito da pesquisa empírica em direito no Brasil.

*Ana Gabriela Mendes Braga*

Professora Doutora de Criminologia da UNESP.

# Introdução

A chamada revista íntima ou revista vexatória<sup>1</sup> é o procedimento de busca pessoal pelo qual a pessoa revistada deve se despir por completo e ter seu corpo inspecionado por terceiro supostamente apto a verificar a presença de objetos escondidos sob suas roupas ou no interior de alguma de suas cavidades corporais. Tal forma de busca pessoal foi por décadas o procedimento padrão para o controle realizado na entrada de familiares e amigos de presos que visitam os estabelecimentos prisionais brasileiros.

Apesar da aparente naturalidade com a qual a prática foi levada a cabo por longo período, ao final dos anos 2000 surgiram as primeiras reações ao procedimento, que apontavam ser ele causador de sérias violações de direitos fundamentais aos visitantes e pediam providências para a sua alteração. Após essas primeiras críticas, a questão da proibição da revista íntima em prisões foi alvo de inúmeros debates a nível nacional que tiveram como um de seus resultados mais emblemáticos a aprovação da lei nº 13.271/2016, a qual proibiu a prática em qualquer estabelecimento público ou privado no Brasil.

Pela amplitude da problemática, que permite diversas abordagens, a presente investigação tem como escopo principal compreender o

---

<sup>1</sup> É comum o uso da denominação “revista vexatória” para a prática, como forma de denúncia das violações de direitos que a permeiam. Nesse momento inicial do trabalho, dar-se-á preferência para o termo “revista íntima” e, após a discussão da pertinência do procedimento no decorrer da pesquisa, será avaliado o uso do adjetivo “vexatória”.

percurso que levou às alterações ocorridas no procedimento de Revista<sup>2</sup> nos estabelecimentos prisionais do país. Mais precisamente, busca-se verificar como as críticas ao procedimento, que apontavam ser ele uma grave violação de direitos penais fundamentais, motivaram as iniciativas que levaram à edição de leis nacionais e estaduais que proibiram a prática.

Para tanto, o trabalho se divide em duas etapas. Na primeira parte, que compreende os três primeiros capítulos, objetiva-se entender o que é a busca pessoal na modalidade íntima e como ela pode ser entendida pela ótica da Dogmática Penal, da Criminologia e dos aportes dos Estudos de Gênero.

O **Capítulo 1** trata do procedimento de revista íntima. Para isso, traz os conceitos mais amplos de busca e revista pessoal, segue para a descrição da revista íntima feita nos estabelecimentos prisionais brasileiros e é finalizado com o perfil dos visitantes de estabelecimentos prisionais que devem se submeter aos procedimentos descritos. Assim, cumpre o papel de delimitar do que e de quem trata o presente trabalho.

O **Capítulo 2** contextualiza a importância dos princípios constitucionais penais, a partir da apresentação de possíveis contribuições do Direito Constitucional para o Direito Penal, notadamente das ferramentas da Teoria dos Princípios para a solução de controvérsias complexas. Em um segundo momento, trata-se de garantias penais constitucionais atinentes à revista íntima: a intranscendência da pena, a dignidade da pessoa humana e a legalidade, sendo feita a análise de seus contornos doutrinários e da incidência na questão da Revista. Ao final, é proposta solução para o conflito entre as garantias constitucionais estudadas e o chamado “princípio da segurança”, por vezes empregado como argumento para justificar a realização da revista íntima.

No **Capítulo 3**, dá-se seguimento ao estudo por meio das contribuições da Criminologia e da Teoria de Gênero sobre a questão. Para tanto, na primeira parte do capítulo são apresentados os aportes fornecidos por teóricos do Interacionismo Simbólico, pioneiros em investigar os visitantes de prisões e a posição ocupada pelos familiares durante o cumprimento da pena.

---

<sup>2</sup> Como forma de evitar repetições sucessivas do termo “revista íntima”, optou-se por empregar como sinônimo a palavra “Revista” (grafada com letra maiúscula). Portanto, quando se lê “Revista” ao longo desse trabalho, quer-se dizer revista na modalidade íntima, com desnudamento e inspeção de genitália, por sua vez, quando se diz “revista” se refere à busca pessoal em sua generalidade.

A partir disso, passa-se a um segundo momento, que tem como objetivo central entender como teóricos da Criminologia Crítica brasileira entendem hoje a situação dos visitantes. Por fim, são mobilizadas as contribuições teóricas com enfoque nas relações de gênero na prisão, que permitem um novo olhar sobre a situação dos visitantes e o questionamento a respeito de a revista íntima ser uma forma de violência institucional de Gênero.

Ao final desses três capítulos iniciais, dado o panorama teórico sobre a questão, é constatado se a revista íntima é uma prática violadora de direitos penais fundamentais, como as violações de direitos ocorrem no cotidiano daqueles que visitam e como as visitantes mulheres participam da problemática de maneira própria.

A partir dessas constatações, inicia-se a segunda parte do trabalho, na qual se analisa como as críticas teóricas se mostram na realidade nacional. Para tanto, parte-se das iniciativas de mudança de impacto nacional, analisa-se o processo verificado no Estado de São Paulo e chega-se à visão de visitantes de dois estabelecimentos prisionais sobre as questões debatidas durante esse trabalho.

Assim sendo, no **Capítulo 4** estuda-se a forma como o Estado Brasileiro lidou com a questão da Revista em suas diversas instâncias de poder. Parte-se com as primeiras iniciativas, encontradas no Poder Executivo, por meio da regulamentação dos procedimentos de Revista pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). No tópico seguinte, observa-se a atuação do Poder Judiciário a partir de pesquisa empírica sobre a jurisprudência dos Tribunais Superiores em casos nos quais a revista íntima é tratada. Por fim, no âmbito do Poder Executivo, são estudados os projetos de lei em trâmite que concernem ao tema e traz-se à análise a lei no 13.271/2016, que tornou proibida a revista íntima em território nacional.

Ao final deste quarto capítulo, também é descrita a forma como a Sociedade Civil organizada atuou nessas diversas esferas estatais, com destaque à Campanha contra a Revista Vexatória da Rede de Justiça Criminal iniciada no ano de 2014.

No **Capítulo 5** é analisada a forma como foi abolida a revista íntima no Estado de São Paulo. Para isso, são descritos os debates legislativos que levaram à edição da lei estadual no 15.552/14, as potenciais mudanças que ela permitirá nas prisões paulistas e as possíveis falhas que apresenta à luz dos princípios constitucionais penais estudados no Capítulo 2. Ao final, é proposto um breve estudo de caso da situação

vivida na Penitenciária de Itirapina no ano de 2015, onde, após a sanção da lei estadual mencionada, instaurou-se conflito em torno da aplicação imediata da suspensão da revista. Trata-se de cenário interessante para análise por ter envolvido distintos posicionamentos sobre a questão, que partiram de visitantes, agentes penitenciários, Defensoria Pública, Secretaria de Administração Penitenciária e o Poder Judiciário.

O **Capítulo 6** traz os relatos recolhidos em campo durante a pesquisa empírica desenvolvida com visitantes de estabelecimentos prisionais da grande São Paulo. Nas diversas conversas realizadas nas filas em que se aguarda aos finais de semana, os visitantes puderam trazer sua visão sobre diversos pontos centrais para esse trabalho, além de relatar como enxergaram o processo de instalação de escâneres corporais que substituíram a revista na modalidade íntima no Estado de São Paulo.

Ao final do percurso proposto, será possível entender se as iniciativas de alteração dos procedimentos de revista nas unidades prisionais do país foram motivadas pelas críticas oriundas dos princípios constitucionais penais e avaliar o quão próximas estão as contribuições teóricas da Dogmática Penal e da Criminologia, as motivações políticas que levaram à proibição legal da Revista e a visão dos visitantes sobre o processo de mudança.

Trata-se de pesquisa aprofundada em que a autora soube aliar, com maestria, levantamento bibliográfico tanto em relação à dogmática e aos princípios constitucionais do direito penal como à criminologia, análise de projetos legislativos e os respectivos debates que os envolveram, levantamento jurisprudencial sobre a matéria e, ainda, estudo de caso e pesquisa de campo com pessoas diretamente afetadas pelas revistas íntimas. [...] é, como se vê, trabalho sério e profundo sobre um dos temas menos abordados quando se fala nas consequências da pena de prisão, exatamente porque os atingidos são pessoas invisíveis na relação jurídica estabelecida no processo penal. [...] São, em geral, a camada menos favorecida da sociedade, e sua ampla maioria é composta por mulheres (mães ou companheiras dos detentos).

***Mariângela Gama de Magalhães Gomes***

*Professora Associada de Direito Penal da USP*

